

O IMPACTO DA POBREZA MENSTRUAL NA VIDA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Gabriela Rodrigues Prado¹

Isabela Limongi di Alcantara²

Isabela Garcia Lima²

Carla Danielle Dias Costa³

A menstruação é um processo natural na vida das mulheres, definido pela descamação da parede interna do útero quando não há a fecundação, tendo duração de aproximadamente 3 a 7 dias e envolvendo aspectos biológicos, psicológicos e sociais. A pobreza menstrual mostra-se um obstáculo na vida das mulheres, visto que se caracteriza pela falta de informações a respeito da menstruação, falta de acesso a produtos menstruais e pela infraestrutura inadequada para o manejo da higiene. A ONG “Trata Brasil” aponta que cerca de 15,2 milhões de mulheres no ano de 2018 declararam não receber água tratada e potável em suas residências. Esse tipo de declaração pode ser contemplado dentro da precariedade menstrual, uma vez que a saúde e a preservação da saúde da população devem ser asseguradas por políticas públicas como a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é conhecer os impactos negativos da pobreza menstrual em mulheres em situação de vulnerabilidade no Brasil e no estado de Goiás. Para isso, foi feita uma revisão narrativa sobre os desafios da pobreza menstrual com busca ativa em pesquisas científicas das bases de dados PubMed, SciELO e Medline. Ao enfatizar os termos “Menstruação”, “Pobreza” e “Dignidade menstrual”, foram selecionados 5 artigos publicados dos anos 2016 a 2021, relacionados ao assunto abordado. Como critério de escolha, utilizou-se trabalhos científicos até o ano de 2021, publicados em português e inglês, selecionando aqueles que abordaram sobre definições, dados epidemiológicos e políticas públicas sobre a pobreza menstrual. Desse modo, a falta de

¹ Acadêmicos de Medicina UNIFIMES Trindade e ligantes da Liga Acadêmica de Sexologia Ginecologia e Obstetrícia (LASGO). E-mail: gabriela.r.prado@academico.unifimes.edu.br

² Acadêmicos de Medicina UNIFIMES Trindade e ligantes da Liga Acadêmica de Sexologia Ginecologia e Obstetrícia (LASGO).

³ Docente do curso de Medicina UNIFIMES e orientadora da Liga Acadêmica de Sexologia Ginecologia e Obstetrícia (LASGO).

higiene e de recursos como os absorventes, por exemplo, leva ao uso de métodos inseguros para conter a menstruação, o que contribui para maior risco de desenvolvimento de infecções vaginais e da vulva da mulher, como, por exemplo, infecções fúngicas e bacterianas, principalmente a candidíase. Dessa forma, além de afetar a saúde ginecológica, a pobreza menstrual afeta a saúde mental das mulheres, contribuindo para problemas de autoestima, aceitação e evasão escolar. Assim, a pobreza menstrual além de ser uma questão de saúde pública, é uma questão social, que compromete a educação e a produtividade das mulheres, contribuindo para a perpetuação da desigualdade de gênero. O direito à higiene menstrual adequada não é cumprido pela sociedade e para combater essa situação é necessário quebrar o tabu, falando sobre menstruação nas escolas, exigir políticas públicas para dignidade menstrual e incentivar a arrecadação de produtos de higiene para mulheres em situações de vulnerabilidade. Portanto, percebe-se que a escassez de itens básicos na menstruação afeta diretamente a dignidade, qualidade de vida e a saúde das mulheres em situação de vulnerabilidade. Além disso, reflete um problema de desigualdade de gênero e social. Assim, é fundamental que o Estado seja mais enfático no cumprimento das leis, assegurando a promoção e proteção da saúde menstrual, sendo fundamental os atendimentos em mutirões, que visam levar informações para as mulheres, principalmente sobre os riscos de usar outros produtos na região íntima.

Palavras-chave: Absorventes. Desigualdade social. Menstruação.